



### Proposta

## PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – Ano 2025

### DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em 12/11/2024 por maioria absoluta, com quórum válido a favor do rendimento do IRS, duas ausências dos membros do PSD e uma ausência do membro do CDU, e abstenção por lealdade à Assembleia Municipal para a deliberação final da proposta de fixação de 5% de participação 716

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Manuel António Sequeira

### DESPACHO:

À Reunião  
14-11-2024

Manuel António Sequeira

Manuel António Sequeira  
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

### CHEFE DE DIVISÃO:

À Coordenadora Técnica Elsa Marques  
Para inserir na ordem do dia da próxima reunião da  
Câmara Municipal, conforme Despacho do Sr.  
Presidente.  
14-11-2024

Helena Pola

Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Considerando que:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice de Desenvolvimento Social;

A decisão do Município de participar no IRS, bem como a definição da respetiva percentagem de participação, é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a qual, após aprovação, deve ser comunicada, por via eletrónica, à Autoridade Tributária, até ao dia 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos

de setembro, na sua redação atual.

Termos de alínea c) do nº 1 do artigo 25º do anexo I à Lei 73/2013, de 3 de 20

- cfr. n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual e artigo 25.º n.º 1 alínea c) do regime jurídico das autarquias locais, aprovado como anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as ulteriores alterações;

O Plano de Ajustamento Financeiro (PAM) do Município da Nazaré, ao qual estamos vinculados, impõe o respeito por determinadas medidas mínimas, nomeadamente a aplicação da taxa máxima na participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS).

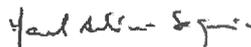
Nos anos transatos, fez-se pedido à Comissão Executiva do FAM, sobre a possibilidade de os órgãos municipais poderem definir/determinar outras taxas que não as máximas. A resposta veio sempre negativa, pelo que, não existindo alteração do contexto e enquadramento legal, apresentam-se os termos possíveis para a presente proposta.

Com efeito, o PAM, nos termos do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que estabelece o "Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal", contém medidas de reequilíbrio orçamental específicas, calendarizadas e quantificadas, nomeadamente, a sua alínea a) que obriga à determinação da participação variável no IRS, à taxa máxima prevista nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nesse sentido e com os fundamentos de facto e de direito acima indicados, proponho:

Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter a presente proposta à Assembleia Municipal que este órgão decida fixar em 5% a participação do Município na receita de IRS em 2025, relativamente aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município da Nazaré, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Nazaré, 14 de novembro de 2024.



Manuel António Sequeira

Presidente da Câmara Municipal da Nazaré